

Santarém no Tempo da Terceira Invasão Francesa

Major
Fernando Manuel da Silva Rita



“O apoio logístico na campanha militar de Santarém em 1810 e 1811”

Introdução

Santarém, pela sua localização geográfica num planalto, além de controlar o principal rodoviário da área de operações fluvial, a estrada Lisboa-Porto, via Cartaxo, permitia a vigilância do rio Tejo e o domínio dos pontos essenciais entre a serra de Aire e o rio, controlando desta forma todas as passagens, ao longo da zona de operações referida. Como tal, a sua conquista e posse, trazia grandes vantagens a uma força que a ocupasse, o que aconteceu com Masséna, após a retirada das Linhas de Torres Vedras. Por essa razão, Wellington no seu relato de campanha de 1810, ao tomar conhecimento que o exército francês se encontrava no concelho de Santarém, abandonou a intenção de atacá-lo, devido não só ao estado dos caminhos e dos cursos de água, mas por ser claro para ele, que os franceses tinham reunido o seu exército, numa das posições mais fortes do país¹.

Foram então várias as forças do exército anglo-português, comandado por Wellington, que se posicionaram numa postura defensiva, na área do concelho durante a campanha² de Santarém. Juntamente com as diferentes divisões e brigadas do exército britânico, surgiram forças do exército português que actuavam de forma autónoma ou então integradas em unidades britânicas. Para a sustentação destas unidades do exército português, entre Outubro de 1810 e Março de 1811, durante a campanha militar de Santarém, foram então accionados um conjunto de diferentes actividades de apoio logístico, para apoio às operações militares a decorrer na região, que de seguida passaremos a descrever.

Foi neste contexto, que Lorde Wellington, já no início do século XIX, destacava a importância das actividades relacionadas com o apoio logístico³ em campanha, quando

referia que o sucesso de qualquer operação militar, estava muito dependente do reabastecimento de víveres e da consequente alimentação das tropas. Este provimento de homens e animais, segundo ele, contribuía de forma decisiva para o desenvolvimento das operações, dos diferentes exércitos em campanha, neste período.

O reabastecimento surgia então, como a actividade que visava as acções relacionadas com a obtenção, recepção, armazenagem e distribuição em tempo e na quantidade necessária, de todos os abastecimentos a serem utilizados pelas forças militares⁴. Nesta época o serviço de reabastecimento e transportes, que garantiam a subsistência das tropas portuguesas em campanha, era da responsabilidade do Intendente geral de víveres e transportes do exército, o desembargador Domingos José Cardoso, estando os principais depósitos do exército português, que garantiam o respectivo apoio logístico, sedeados em Lisboa⁵.

O reabastecimento e alimentação das tropas

Neste contexto, e nas várias cartas enviadas por Wiliam Carr Beresford a D. Miguel Pereira Forjaz, sobre o reabastecimento dos diferentes abastecimentos necessários ao exército português, são evidentes as dificuldades por que passaram as diferentes unidades do exército, que operaram neste período no concelho de Santarém.

Esta realidade é confirmada, em várias notas elaboradas entre Janeiro e Março de 1811, pelo ajudante-general do exército, Manoel de Brito Mosinho, onde são mencionados os mapas semanais de víveres de algumas unidades que operavam na região de Santarém. Nesses registos, é observado que os regimentos de infantaria nº 2 e 14, posicionados na região da Chamusca, comandados pelo brigadeiro Luís da Fonseca e inseridos na divisão Hamilton, só receberam na maior parte dos dias, ração de pão de arrátel, não tendo recebido o Regimento de Infantaria nº 14 “ *a falta em arroz, pelo não haver*”⁶. Da mesma forma a Brigada Pack informava que o Regimento de Infantaria nº 16, na Marmeleira, e o Batalhão de Caçadores nº 4, na Quinta da Lapa, não receberam pão durante vários dias, durante a semana que terminou a 2 de Fevereiro de 1811.

Também o reabastecimento de forragem⁷ para os animais tinha problemas, como se pode verificar na carta do coronel Orway, sobre a situação da sua brigada de cavalaria, situada na região de Alpiarça. O mesmo tinha mandado pastar os cavalos novos, para evitar que os mesmos morressem de fome, por falta da ração de grão, que não era fornecida à bastante tempo⁸. O mesmo se passava com o fornecimento de palha para a alimentação dos animais, sendo um bem escasso, Beresford foi assim induzido a dar ordens ao comandante do Regimento da Cavalaria nº10, “*Tenente-Coronel Visconde de Barbacena, para que fizesse guardar os palheiros do Reguengo, defronte de Santarém*”⁹. Com esta medida procurava poupar a quantidade de palha aí existente, controlando a sua distribuição, sugerindo no mesmo ofício que fossem providenciados barcos, que procurassem palha na região de Coruche e suas imediações, visto que naqueles sítios não havia tropas.

Mas, é numa carta escrita em 10 de Janeiro de 1811, que Beresford faz sentir de forma veemente, estas dificuldades a D. Miguel Pereira Forjaz, quando afirmava a pouca inteligência da junta de víveres¹⁰, na aquisição dos abastecimentos para as forças em campanha. Solicitou então, a possibilidade de este poder avançar com dinheiro, para se pagar o preço dos bois que ele próprio mandou procurar e comprar, de forma a suprimir a falta de carne fresca, que permitia alimentar o exército. Na sua opinião, e tendo em conta a possibilidade do inimigo reforçar Massena pelo Alentejo, deveriam ser retirados todos os víveres desta região que pudessem garantir *“a subsistência da capital e do exército”*¹¹, situação que atestava de forma clara, a necessidade de mantimentos por parte do exército português. A própria junta assumia as suas dificuldades, em cumprir a missão de reabastecer o exército com provimentos, quando num ofício de 8 de Abril de 1811, solicitava providencias do príncipe regente, para que pudesse receber, com maior rapidez, os meios financeiros adequados para fazer face às despesas de que estava encarregue. Segundo os responsáveis, se o apoio em dinheiro não se verificasse, *“o fornecimento he impossível que continue sem faltas, e ainda mais hé impossível que continue com aumento em qualquer artigo”*¹².

Mas, as dificuldades das unidades portuguesas empenhadas na campanha de Santarém não se reduzem apenas ao reabastecimento de víveres, sendo o fornecimento de fardamento e equipamento, outra realidade difícil. Na sua correspondência regular, Beresford escrevia, igualmente, no dia 10 de Janeiro de 1811, para Forjaz, sobre o estado das 50 recrutas que se apresentaram ao serviço, vindos da Figueira, completamente despidas e descalças, não valendo a pena tomarem banho, para se voltarem a vestir com os mesmos trapos que traziam. Solicitou, nesse caso, que o ministro tratasse de evitar estes inconvenientes, que segundo ele redundavam em miséria e indecência, sugerindo que desse ordens *“para que estas recrutas sejaõ vestidas com os fardamentos, que se lhe costumão dar de policia, athé para serem separadas do rigor das estações”*¹³. Sobre o mesmo assunto, em 25 de Fevereiro de 1811, voltou a alertar o ministro para o facto de ser distribuída aos recrutas que vinham do Norte para Lisboa os pequenos uniformes a que tinham direito, antes de serem destinados aos diferentes corpos do exército português. Com esta preocupação, procurava *“evitar os inconvenientes que resultão da nudez, e falta de asseio com que chegão [os recrutas às unidades], que são as primeiras, e maiores origem da moléstias e epidemias, que se tem observado”*¹⁴. Estando em pleno Inverno e sendo várias as adversidades que se faziam sentir nesse tempo, Beresford solicitava ainda noutro ofício destinado a Forjaz, em 20 de Janeiro de 1811, que lhe comunicasse se o Arsenal Real do Exército tinha mantas portuguesas para fornecer às diferentes unidades, que lhe requeriam de forma urgente esse apoio, para *“que os seus soldados tivessem mantas para se abrigarem do frio”*¹⁵.

Já num ofício de 15 de Janeiro de 1811, as suas preocupações estenderam-se também ao reabastecimento de armamento, munições e outro equipamento. Perguntava então com a maior brevidade possível, a D. Miguel Pereira de Forjaz, sobre a quantidade de armas, correames¹⁶ e outros apetrechos de guerra, assim como ferramentas, que foram recebidos da Grã-Bretanha por Portugal no ano de 1810¹⁷. Questionava sobre o assunto, tendo em conta as relações que recebia no seu quartel-general, com as faltas de equipamento e armamento das diferentes unidades, que nunca tinham sido satisfeitos¹⁸. Foi o caso do

ofício que enviou em 9 de Fevereiro de 1811, a solicitar que fosse dada ordem para entregar ao Regimento de Infantaria nº 1, sediado em Assentiz, a barraca já pedida para um altar de campanha e as sete caixas de guerra que tinham sido enviadas para consertar no Arsenal Real do Exército, e que ainda não tinham sido devolvidas¹⁹. O reabastecimento de equipamento tinha, então, grandes contrariedades, num ofício de 5 de Janeiro de 1811, o comandante do batalhão de caçadores nº 5, o tenente-coronel M. Creagh, confirma também esse cenário, ao evidenciar preocupações com algum equipamento, que lhe era essencial para apetrechar as suas tropas. Tinha como primeira intenção recuperar artigos que, estando no seu depósito em Abrantes, tinham por engano sido entregues no arsenal do exército, durante a sua presença nas linhas de Torres, perto de Alhandra. A essa lista juntava, também com o dito ofício, outra lista onde colocava os artigos, que eram nesse momento absolutamente necessários para as suas tropas, sugerindo que todos os artigos fossem entregues ao seu quartel-mestre²⁰. Nessa lista de artigos indispensáveis, para manter e fazer actuar as tropas em combate, surgiam 52 casacões ingleses, que segundo ele eram *“particularmente necessários, por que nenhuma das recrutadas que ultimamente chegaraõ, os tem recebido”*²¹. Além do artigo referido, o batalhão tinha necessidade de: 30 mochilas; 38 barris (cantis) ingleses; 18 barretinas inglesas; 43 penachos de lã verde e 2 de lã preta; 38 saltos de sola pintados; 20 camisas inglesas e 24 portuguesas e 40 pares de meias curtas.

Numa época em que eram distribuídas, por grupos de seis soldados, uma marmita de lata de 2,5 arrateis²², transportada de forma alternada por estes homens, permitindo aos mesmos preparar a sua alimentação, mal chegassem aos locais de estacionamento. Compreende-se, assim, a preocupação de M. Creagh, com o facto de necessitar também de 107 marmitas e 98 sacos para as transportar, segundo ele as marmitas eram fundamentais, porque achava *“ser impossível poderse arranjar com regularidade o rancho dos soldados, até que se recebaõ”*²³. Ainda sobre a alimentação das tropas, Beresford, em 14 de Janeiro de 1811, dava um parecer a Forjaz sobre a intenção do governo em sustentar as tropas com caldo de unto. Nesse ofício declarava que não podia aprovar ou desaprovar esse projecto, porque não emitia uma opinião sobre um assunto que não pudesse avaliar com base na experiência. Para tal afirmava que, apesar de ser um alimento vulgar nas províncias do Minho, Beira e Trás-os-Montes, achava-o um alimento essencialmente químico, sendo mais importante para um soldado os alimentos em espécie. Referia, ainda, que poderia haver dificuldades por parte dos soldados em encontrar a verdura que se misturava no dito caldo. Como tal, sugeria aplicar a distribuição do caldo durante dois ou três dias às tropas, e conforme as informações que recebesse dos comandantes dos corpos, sobre os efeitos resultantes da experiência, daria a sua opinião. No entanto, acrescentava que um dos motivos fortes que o levara a aderir à experiência com este alimento lhe era conveniente, *“por saber que não há outra cousa para o sustento da tropa”*²⁴.

As dificuldades de apoio logístico às diferentes unidades do exército português, empenhadas na campanha de Santarém, eram realmente muitas. Beresford, num ofício de 15 de Janeiro de 1811, enviado a D. Miguel Pereira de Forjaz, confirmava esta situação, alertando para a necessidade de o governo *“tomar as mais promptas e enérgicas providências, para se conseguir hum fornecimento regular”*²⁵. Na mesma carta

acrescentava que recebia repetidas queixas diárias, dos corpos e brigadas, que *“por falta absoluta de pão, tem consumido toda ou parte das suas reservas, o que causa hum transtorno geral na subsistência e governo do exército”*²⁶. Nesta fase já os comandantes das brigadas portuguesas situadas a Norte do Tejo tinham consumido as reservas de bolacha, *“as três raçoens que devem levar os soldados, [assim] como as três que devem ser conduzidas em bestas”*²⁷. Segundo ele, a esta situação acudia lord Wellington, da forma que lhe era possível, sendo no entanto um apoio que não podia continuar por muito tempo.

Achando-se então o exército português esgotado de toda a qualidade de víveres, Beresford receava que os esforços para remediar a situação evitassem que a máquina parasse inteiramente. Temia mais a falta de meios do governo, para fornecer o que se coma, do que a força do inimigo, podendo suceder que *“elle [exército], acabará em muito pouco tempo”*²⁸.

Os transportes na campanha

Os transportes²⁹ também constituíam uma valência importante para o apoio logístico dos exércitos em campanha, ao incluírem todos os equipamentos e animais necessários para o deslocamento de pessoal, dos víveres, armamento, munições e de outro tipo de material que equipasse as tropas. Esses movimentos, feitos em tempo oportuno, e nas quantidades desejadas, para um determinado local, contribuíam para o cumprimento da missão das diferentes forças militares.

Ao nível dos meios de transporte, apesar de nos encontrarmos numa época onde os transportes à custa da tracção animal e embarcações predominavam, verificava-se que a maioria dos deslocamentos das tropas era pedonal, à excepção dos corpos de cavalaria e dos oficiais, a quem era fornecido uma cavalgadura³⁰. Sobre esta atribuição, Beresford, num ofício para Forjaz, alertava o ministro para a situação do Major Jacinto Vieira do Couto Soares, oficial agregado de um dos regimento de linha, a quem o tesoureiro geral da província do Alentejo não entregou o dinheiro necessário para a aquisição *“das cavalgaduras que lhe correspondem em razão do seu posto”*³¹. Esta situação ficou resolvida com uma ordem do príncipe regente, publicada na ordem do dia de 5 de Março de 1811, que determinava que se abonassem os oficiais agregados, com os mesmos vencimentos para cavalgaduras dos oficiais efectivos, uma vez que se achavam em serviço activo de campanha³².

Sendo assim, neste período, muito do gado usado nos campos foi requisitado e utilizado nos sistemas de transportes do exército, nomeadamente nos trens da intendência e artilharia, servindo também para completar os efectivos em solípedes³³ das unidades de cavalaria. Com este propósito, foram organizados vários depósitos de recepção de cavalos, sendo todos os proprietários da Estremadura obrigados a depositar os seus, num depósito em Lisboa (Alcântara). Num mapa datado de 14 de Novembro de 1810, com a relação dos transportes pedidos e prontos no dia 13 de Novembro, pode ser verificado o

funcionamento deste depósito, no apoio em transportes às forças e entidades empenhadas em campanha. Foram então fornecidos de acordo com este mapa, três carros de bois e três cavalgadas, a serem distribuídos por diferentes serviços, de unidades do exército português. Foi, ainda, atribuída uma cavalgada ao Alferes António Pereira, do regimento de infantaria nº 6³⁴.

Mas, o apoio em transportes à campanha de Santarém processou-se muitas vezes com grandes contrariedades, ao ponto de Beresford pôr em causa as justificações dadas, pela entidade responsável, no fornecimento de gado bovino usado nos transportes, quando tentava explicar as falhas no fornecimento desse meio, com base na grande *“falta de bois para o fornecimento do exército”*. De acordo com o ofício de 6 de Janeiro de 1811, ele afirmava que tinha visto com os seus próprios olhos uma quantidade prodigiosa de bois ao longo das margens Sul do Tejo, *“que os lavradores [lhe] tem requerido, [que os] deixe passar para o Norte, por não terem que lhe dar, a comer”*³⁵, o que não tem sido autorizado, para não caírem nas mãos do inimigo. Sobre as mesmas dificuldades, Beresford informou Forjaz, em 31 de Janeiro de 1811, dos problemas que ocorreram com o transporte de 2000 barricas de farinha, enviadas pela intendência de víveres, para o porto de Abrantes, de forma a abastecer diferentes unidades do exército português, a actuar na região. Segundo ele, essa intendência *“não combinou coisa alguma sobre os meios de transporte”*³⁶ havendo falta de carros, para fazer o transporte deste género para as unidades que dele tanto precisavam.

Mas a falta de pagamento à entidade responsável pela aquisição e gestão dos meios de transporte, utilizados ao serviço do exército, também contribuiu para as complicações que se viveram com este tipo de apoio, durante a campanha. Num ofício enviado em 4 de Fevereiro de 1811, ao Ajudante General do exército, o Desembargador Intendente dos Transportes, Joaquim de Magalhães Menezes, solicitava que se levasse à presença de Beresford a dívida que existia com o uso desses meios, requerendo que se valor fosse pago, para que todos os pedidos do exército continuassem a ser satisfeitos³⁷.

No entanto, no ano de 1811, de acordo com a relação mandada elaborar pelo inspector dos transportes, datada de 19 de Fevereiro, foram vários os carros de bois levantados para o serviço do nosso exército na região de Lisboa, em apoio da campanha de Santarém. Foram então considerados prontos para serem utilizados, 227 carros de bois, 99 juntas sem carros e ainda 47 carros sem bois, a serem utilizados no transporte de víveres, forragens, armamento e outros equipamentos da tropa³⁸. As próprias bestas, utilizadas na limpeza da cidade de Lisboa, iriam reforçar em Março as necessidades em transporte do exército português.

O concelho de Santarém, após a retirada do exército francês, também sofreu com esta situação, ao ponto do seu Juiz de Fora requerer junto do Intendente Geral da Polícia para não embargarem o gado, que seria utilizado na lavoura. Por essa razão eram solicitadas pelo Intendente Geral da Polícia providências por parte do príncipe regente, para que *“se não embarguem, os bois ao menos da lezíria, e campos de Santarém e Vallada, nem se lance mão das bestas, que se empreguão no serviço de grades”*³⁹. Também nos documentos da Provedoria das Lezírias, no Almojarifado da jugada de Santarém, numa

petição de 11 de Outubro de 1811, o requerente Jacinto Monteiro, refere as grandes despesas na condução dos cereais das eiras para os seus celeiros. Apontava como razões, não só a grande distância entre ambos, *mas também pella dificuldade que havia de aparecerem carros ou cavalgadas para o conduzirem, por andarem no serviço do nosso exército, e alguns que aparecerão, hera por preço extraordinário, como o supplicante pagou*⁴⁰.

O mesmo se passou com as embarcações, que foram igualmente solicitadas e utilizadas como meio de transporte de tropas, víveres e material, durante toda a terceira invasão francesa. Para este efeito, os rios do país foram divididos em distritos sob a responsabilidade de oficiais inspectores, a quem os comandantes das diferentes forças deviam dirigir as requisições. De acordo com um registo da intendência geral da polícia, de 7 de Julho de 1810, os barcos existentes no concelho de Santarém estavam sob responsabilidade do seu governador militar. O mesmo tinha a responsabilidade de *“promover a execução das operações militares, quanto à promptificação de barcos do Tejo, desde a Golegã até Vallada, como lhe fora ordenado por esta intendência, em virtude do aviso da secretaria de estado e negócios da guerra de 18 de Janeiro”* de 1810⁴¹. No entanto, durante a campanha de Santarém, a distribuição de embarcações em apoio do exército Anglo-Português, ocorrida nos meses de Fevereiro e Março de 1811, foi controlada então pelo Arsenal Real de Marinha. Num mapa com as embarcações necessárias para os diferentes serviços do exército combinado, o exército português recebeu em Fevereiro, 48 embarcações de diferentes tipos e em Março 223, entre iates, cacilheiros, fragatas, barcos, bateiras, bateis, faluas, saveiros e botes⁴².

Na região do concelho, em frente ao porto de Valada, eram assim várias as embarcações alistadas ao serviço das forças portuguesas no depósito do Escaroupim⁴³. Já de acordo com um mapa, que refere as embarcações alistadas ao serviço do exército português no Ribatejo⁴⁴, foram 102 as embarcações empenhadas no apoio à campanha, entre lanchas, barcos, bateis, saveiros e ovarinos. Estiveram as mesmas envolvidas no transporte de várias remessas de géneros, de pão e forragens para as forças empenhadas na região de Santarém e no movimento de tropas do porto de Valada para a margem esquerda do rio Tejo, onde estava posicionado Beresford.

O serviço de saúde e outros serviços de campanha

O serviço de saúde tinha por finalidade a manutenção dos efectivos em campanha, com base na recuperação dos indisponíveis⁴⁵, contribuindo desta forma para a moral das tropas, através da prevenção de doenças, evacuações rápidas, melhor tratamento de doentes e feridos, desinfestação e controlo de moléstias e epidemias⁴⁶. Neste período o serviço de saúde era na maioria dos casos deficitário em quantidade e qualidade. Os feridos eram normalmente transportados para um local à retaguarda onde se encontravam os hospitais ambulantes⁴⁷, mas como não eram devidamente tratados ao longo do percurso, muitos pioravam antes de chegar ao seu destino, como pudemos confirmar na ordem do dia, de 25 de Novembro de 1810. Nessa ordem, o marechal

Beresford fazia constar que os doentes chegavam ao hospital provisório de Valada, sedado no concelho, *“sem a guia competente, e sem serem conduzidos por oficiais inferiores que cuidem delles; seguindo-se deste abandono o tornarem-se mais enfermos”*⁴⁸.

Também, numa carta enviada ao Ajudante-General Mosinho, em 25 de Janeiro de 1811, pelo responsável pelo Hospital Militar de Abrantes, é solicitado o apoio em víveres, utensílios e o aumento da mesada, para fazer face às novas obras e *“despesas, em alteração dos muitos doentes”*⁴⁹, que recebia. O que atesta a participação deste hospital no apoio aos indisponíveis, resultantes das operações a decorrer na região de Santarém e as dificuldades que sentia para o realizar.

Mas, na recuperação dos indisponíveis, o papel das juntas de exames de cirurgiões militares⁵⁰, também foi determinante para o serviço de saúde da época, ao julgar todos os militares que precisavam de licenças para recuperar do seu estado físico, que exigia cuidados sanitários e repouso. De acordo com as ordens do dia do marechal Beresford, foram licenciados por estas juntas durante a campanha de Santarém vários oficiais das diferentes unidades do exército português, que estiveram empenhadas no concelho. Num universo de 1161 dias de licença por motivos de saúde, a unidade com mais oficiais de baixa durante a campanha foi o regimento de infantaria nº1 da brigada Pack, com um total de 181 dias de dispensas, o que atesta o seu posicionamento crítico no dispositivo de Wellington e o número de feridos e doentes que resultaram das acções de combate em que esteve envolvido. Com 129 dias de licenças passadas pela junta e autorizadas pelo marechal Beresford, o regimento de infantaria nº 16, da mesma brigada, surge também, como a uma das forças mais afectadas por estas baixas, entre as unidades empenhadas no concelho. Os regimentos de cavalaria nº 7 e nº 4 da divisão do general Fane, com 166 e 154 dias, respectivamente, representaram os regimentos em operações na margem esquerda do rio Tejo com maior número de oficiais indisponíveis. A carestia alimentar e outras dificuldades, sentida pelas forças portuguesas sedeadas deste lado do rio, provocada pelas contrariedades do apoio logístico, resultantes do reabastecimento de víveres, fardamento e equipamento, justificará em grande parte, estes números de indisponíveis.

Mas o apoio logístico em campanha também passava por outros serviços, que funcionavam à parte das actividades, e que analisamos anteriormente. Serviços, como aqueles que eram desenvolvidos por carpinteiros, ferradores, espingardeiros, padeiros, a par dos estafetas envolvidos no serviço postal do exército, constituíam outro conjunto de actividades determinantes, para completar o apoio logístico prestado às tropas em campanha.

Os carpinteiros⁵¹ que acompanhavam a administração do exército, garantiam tarefas essenciais, que passavam pela manutenção dos carros e carroças usadas nos transportes, assim como as ligadas à construção de barcos e pontes, quando fosse necessário.

Os ferradores, que faziam parte da orgânica dos regimentos de cavalaria, num total de oito⁵², existindo um por companhia, eram determinantes na ferragem das cavalgaduras,

usadas no transporte dessas tropas. Os espingardeiros⁵³ asseguravam a conservação e reparação do armamento orgânico. Por sua vez, os padeiros associados ao serviço de alimentação das tropas, garantiam o fabrico de pão e da bolacha⁵⁴, necessário à subsistência do exército em campanha.

Por último, o serviço postal da correspondência do exército, que era determinante para o comando e controlo dos diferentes escalões de comando, ao ponto de Beresford remeter as suas preocupações sobre o serviço, para o governo, através dum ofício que escreveu em 15 de Janeiro de 1811. Segundo ele, devido às irregularidades do correio geral, de pouco lhe servia passar as suas ordens às diferentes autoridades sobre a segurança do reino, “*se estas, ou são retardadas, ou se perdem no mesmo correio*”⁵⁵.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM)

1ª DIVISÃO / 14ª SECÇÃO:

Correspondência do marechal Beresford para D. Miguel Pereira Forjaz; cx. 22, doc nº 1 e 2.

Mapa dos transportes pedidos e prontos para o dia 13 de Novembro de 1810. Datado de 14 de Novembro de 1811, cx. 270, doc. nº 6.

Mapa das embarcações fornecidas para diferentes serviços dos exércitos combinados nos meses de Fevereiro e Março de 1811. Datado de 1 de Abril de 1811, cx. 272, doc. nº 18.

Mapa das embarcações alistadas no serviço do Exército Português em Ribatejo. Datado de 1 de Abril de 1811, cx. 16, doc. nº 38.

Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz; Relação dos nomes, concelhos, naturalidade e filiação de todos os carpinteiros que se matricularam desde o primeiro de Janeiro de 1801 até 20 de Outubro do ano de 1815 datada de 2 de Maio de 1817; cx.18/ doc. nº 1.

Inventário da secretária do depósito geral de cavalaria; Relação dos ferradores que existem nos regimentos de cavalaria, datada de 27 de Outubro de 1812; cx.237, doc. nº 22.

Cédulas de crédito sobre o pagamento das praças, corneteiros e espingardeiros do Batalhão de Caçadores 1, durante a Guerra Peninsular, datadas de 27 de Janeiro de 1827; cx.410/ Doc. nº 23.

Relação dos padeiros que estão prontos a fazer bolacha, datada de 7 de Fevereiro de 1811; cx.16/ Doc. nº 44.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT)

CONSELHO DE GUERRA

Ofício de 10 de Novembro de 1810, de D. Miguel Pereira Forjaz para o Conde de Resende; mç.111, cx.767.

PROVEDORIA DAS LEZÍRIAS

Petições de 8, 11 e 12 de Outubro de 1811, do Almojarifado da jugada de Santarém; mç 18 (1811-1813).

INTENDÊNCIA GERAL DA POLÍCIA

Contas para as diferentes secretarias de estado, desde 18 de Março de 1811 até 5 de Agosto de 1811; Livro 12.

2. Fontes Impressas

COLLECÇÃO DAS ORDENS DO DIA do illustrissimo e excellentissimo senhor Guilherme Carr Beresford, comandante em chefe dos exércitos de S.A.R., o príncipe regente nosso senhor; Lisboa, por António Nunes dos Santos, impressor do quartel-general; anos de 1810 e 1811.

3. Bibliografia

AFONSO, Tenente-coronel Torres, *Cadeira M-151; Logística*, Lisboa, AM, 2007.

DIAS, Tenente de Administração Militar, Manuel da Costa, *As subsistências dos aliados na campanha contra Massena (1810-1811)*, in *Revista Militar*, Lisboa, Typographia Universal, tom. LXII, 1910, pp. 848 a 856.

CÉSAR, Tenente-Coronel Victoriano José *Invasões Francesas em Portugal: Invasão francesa de 1810*, Lisboa, Typografia da Cooperativa Militar, 3ª parte, 1910.

AA.VV., *Dicionário de língua portuguesa*, Porto, Porto Editora, 2004.

1 *Gazeta de Lisboa*, 23 de Novembro de 1810, nº 281.

2 *Campanha* constitui uma série de operações militares planeadas e conduzidas para atingir um objectivo estratégico numa determinada área e tempo, envolvendo várias forças. E.P., *op.cit.*, p.B3.

3 O *apoio logístico* inclui um conjunto de actividades relacionadas com as diferentes funções logísticas (reabastecimento, transportes, serviço de saúde e outros serviços), que visam a sustentação das unidades tácticas no cumprimento das suas missões. O sucesso do apoio logístico em campanha mede-se pela colocação de recursos, na quantidade necessária, em tempo e no local designado, e em condições de cumprirem a missão ou serem utilizadas de imediato. Tenente-coronel Torres Afonso, *Logística - Cadeira M-151*, 2007, p. 12.

4 Tenente-coronel Torres Afonso, *Idem*, 2007, pp. 3, 21 e 82.

5 Tenente de Administração Militar, Manuel da Costa Dias, *As subsistências dos aliados na campanha contra Massena (1810-1811)*, in *Revista Militar*, 1910, tom. LXII, pp. 848-856.

6 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre víveres*, datada de 31 de Janeiro de 1811.

7 A *Forragem* incluía toda a qualidade de erva, palha ou grão que servia de alimentação do gado. AA.VV., *Dicionário da língua portuguesa*, Porto, Porto Editora, 2004, p. 778.

8 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre forragens*, datada de 4 de Fevereiro de 1811.

9 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *idem*, datada de 26 de Fevereiro de 1811.

10 Também designada por *Junta da Direcção Geral dos Provimientos de Boca* ou *Junta de Munições de Boca*, já tinha visto a sua actuação ser criticada por Beresford, num ofício de 6 de Janeiro de 1811, acusando-a de funcionar no sentido contrário às suas intenções, sendo para ele, a principal origem das grandes falhas de víveres e da desordem que se vivia no apoio logístico ao exército português. AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Idem*, datada de 6 de Janeiro de 1811.

11 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre víveres*, datada de 10 de Janeiro de 1811.

12 ANTT, Ministério do Reino, *Ofício de 8 de Abril de 1811, da Junta da Direcção geral de Provimientos de Boca para o Exército*; mç.362, cx. 484, mçt.3.

13 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre fardamento*, datada de 10 de Janeiro de 1811.

14 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre fardamento*, datada de 25 de Fevereiro de 1811.

15 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre equipamento*, datada de 20 de Janeiro de 1811.

16 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre armamento e munições*, datada de 15 de Janeiro de 1811. Sobre o mesmo assunto, na ordem do dia de 24 de Janeiro de 1811 do exército português, era feita a avaliação do correame e armamento de um soldado de infantaria, no valor de 3.400 réis. Nesse equipamento estava incluído a *patrona*, bolsa para transporte de munições de um soldado de infantaria, avaliada em 1.440 réis, onde era inserida a cartucheira de madeira no valor de 80 réis, à qual se juntava uma correia de 500 réis. O correame, conjunto das correias que prendiam o equipamento de um soldado, incluía ainda uma bandoleira de espingarda de 240 réis e uma bolsa de guarda-fechos de 300 réis. No valor de 600 réis, tínhamos o boldrie de baioneta, correia para prender a bainha da mesma, que por sua vez, estava avaliada em 240 réis. *Colecção das ordens do dia do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Guilherme Carr Beresford*, comandante em chefe dos exércitos de S.A.R. o príncipe regente nosso senhor. Anno 1811, p. 13.

17 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre armamento e munições*, datada de 15 de Janeiro de 1811. Sobre o mesmo assunto, na ordem do dia de 24 de Janeiro de 1811 do exército português, era feita a avaliação do correame e armamento de um soldado de infantaria, no valor de 3.400 réis. Nesse equipamento estava incluído a *patrona*, bolsa para transporte de munições de um soldado de infantaria, avaliada em 1.440 réis, onde era inserida a cartucheira de madeira no valor de 80 réis, à qual se juntava uma correia de 500 réis. O correame, conjunto das correias que prendiam o equipamento de um soldado, incluía ainda uma bandoleira de espingarda de 240 réis e uma bolsa de guarda-fechos de 300 réis. No valor de 600 réis, tínhamos o boldrie de baioneta, correia para prender a bainha da mesma, que por sua vez, estava avaliada em 240 réis. *Colecção das ordens do dia do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Guilherme*

Carr Beresford, comandante em chefe dos exércitos de S.A.R. o príncipe regente nosso senhor. Anno 1811, p. 13.

18 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre armamento e munições*, datada de 15 de Janeiro de 1811. Sobre o mesmo assunto, na ordem do dia de 24 de Janeiro de 1811 do exército português, era feita a avaliação do correame e armamento de um soldado de infantaria, no valor de 3.400 réis. Nesse equipamento estava incluído a *patrona*, bolsa para transporte de munições de um soldado de infantaria, avaliada em 1.440 réis, onde era inserida a cartucheira de madeira no valor de 80 réis, à qual se juntava uma correia de 500 réis. O correame, conjunto das correias que prendiam o equipamento de um soldado, incluía ainda uma bandoleira de espingarda de 240 réis e uma bolsa de guarda-fechos de 300 réis. No valor de 600 réis, tínhamos o boldrie de baioneta, correia para prender a bainha da mesma, que por sua vez, estava avaliada em 240 réis. *Colecção das ordens do dia do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Guilherme Carr Beresford*, comandante em chefe dos exércitos de S.A.R. o príncipe regente nosso senhor. Anno 1811, p. 13.

19 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre equipamento*, datada de 9 de Fevereiro de 1811.

20 O *quartel-mestre*, era um oficial do estado-maior de uma unidade, de escalão igual ou superior a batalhão, responsável por todos os assuntos relativos à administração dos recursos materiais e financeiros, das diferentes forças que a compunham.

21 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre equipamento*, datada de 5 de Janeiro de 1811.

22 *Arrátel* era uma antiga unidade de medida de peso, correspondente a 459 gr. AA.VV., Dicionário da língua portuguesa, Porto, Porto Editora, 2004, p. 154.

23 *Idem*, datada de 5 de Janeiro de 1811.

24 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre alimentação*, datada de 14 de Janeiro de 1811.

25 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre abastecimento e víveres*, datada de 15 de Janeiro de 1811.

26 *Idem*, 15 de Janeiro de 1811. Na ordem do dia de 9 de Janeiro de 1811, Beresford, determinava com a intenção de economizar pão, que se desse á tropa, um arratel de pão e uma quarta de arroz, em vez da ração de arratel e meio pão, prevendo a possibilidade de substituir todo o pão pelo arroz. *Colecção das ordens do dia do Marechal Beresford*,

ordem do dia de 9 de Janeiro de 1811, p. 7.

27 Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre abastecimento e víveres*, datada de 20 de Janeiro de 1811.

28 *Ibidem*, 15 de Janeiro de 1811.

29 Ver figura 22 e 23, anexo de figuras, p.173.

30 Eram designados de *Cavalgaduras* todos os animais que podiam ser montados. Neste período, as principais cavalgaduras eram os cavalos, os machos e as mulas. *Dicionário de língua portuguesa da Porto Editora*, 2004, p. 325.

31 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre cavalgaduras e solípedes*, datada de 19 de Janeiro de 1811.

32 *Colecção das ordens do dia do Marechal Beresford*, ordem do dia de 5 de Março de 1811, p. 41.

33 *Solípede* é um animal que tem um só dedo desenvolvido em cada membro locomotor, o qual está protegido por um casco. Os cavalos, machos, mulas, burros, bois e vacas, são exemplos dos solípedes mais utilizados neste período. *Dicionário de língua portuguesa da Porto Editora*, 2004, p. 1552.

34 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 270/ Doc. nº 6, *Mapa dos transportes pedidos e prontos para o dia 13 de Novembro de 1810*, datado de 14 de Novembro de 1811.

35 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre abastecimento e solípedes*, datada de 6 de Janeiro de 1811.

36 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre abastecimentos de víveres*, datada de 31 de Janeiro de 1811.

37 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre transportes*, datada de 4 de Fevereiro de 1811.

38 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Idem*.

39 ANTT, Fundo da Intendência Geral da Polícia, *op.cit.*, liv. 11, pp. 274 e 274v. e 277 e liv.12, p.8v. e 9.

40 ANTT, Provedoria das Lezírias, *Petição de 11 de Outubro de 1811 de Jacinto Monteiro, do Almojarifado da jugada de Santarém*; mç 18 (1811-1813).

41 ANTT, *Idem.*, liv. 11, pp. 135 v. e 136 e Victoriano José César, *op.cit.*, pp. 6 e 7.

42 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 272/ Doc. nº 18, *Mapa das embarcações fornecidas para diferentes serviços dos exércitos combinados nos meses de Fevereiro e Março de 1811*. Datado de 1 de Abril de 1811.

43 Povoação situada na margem esquerda do Tejo, em frente à povoação de Valada. GCS, *Sistema de informação geográfica de emergência de Santarém*, Santarém, 2008, Mapa do concelho de Salvaterra de Magos.

44 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 16/ Doc. nº 38, *Mapa das embarcações alistadas no serviço do Exército Português em Ribatejo*. Datado de 1 de Abril de 1811.

45 Os *indisponíveis* são qualquer efectivo cujo estado físico exija cuidados sanitários, abrangendo os feridos e doentes em resultado da acção de combate, assim como os feridos e doentes cujo estado não resulta da acção directa do combate, tenente-coronel Torres Afonso, *op.cit.*, 2007, pp. 22, 138.

45 Tenente-coronel Torres Afonso, *Idem*, 2007, pp. 22,138.

47 Havia um hospital ambulante por cada regimento de infantaria e artilharia e também um por cada brigada de cavalaria e dois batalhões de caçadores, sendo distribuídas a cada uma daquelas unidades, 3 palhoças vazias (barracas), 30 cobertores de lã, 30 pares de lençóis e respectivos instrumentos de cirurgia; Victoriano José César, *op.cit.*, p. 12.

48 Cf. *Colecção das Ordens do Dia do Marechal Beresford*, Ordem do Dia de 25 de Novembro de 1810, p.204.

49 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre hospitais*, datada de 24 e 25 de Janeiro de 1811.

50 A presença destes médicos era de tal forma importante, que num ofício de 10 de Novembro de 1810, enviado por D. Miguel Pereira Forjaz, ao Conde de Resende, deveria ser presente ao conselho de guerra, a determinação do príncipe regente, sobre a sua colocação. O mesmo tinha ordenado que deveriam ser atribuídos aos corpos de milícias em campanha, um cirurgião-mor (que tinham o posto de capitão) e dois cirurgiões ajudantes (que eram tenentes), vencendo os mesmos durante a guerra, doze mil e seis mil réis, respectivamente. Cf. ANTT, Conselho de Guerra, *Ofício de 10 de Novembro de 1810 de D. Miguel Pereira Forjaz para o Conde de Resende*, mç.111,cx.767, e *Colecção das Ordens do Dia do Marechal Beresford*, Ordem do Dia de 20 de Novembro de 1810, p.201.

51 AHM/ Div. 1/ Sec. 16/ Cx.18/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz; Relação dos nomes, concelhos, naturalidade e filiação de todos os carpinteiros que se matricularam desde o primeiro de Janeiro de 1801 até 20 de Outubro do ano de 1815* datada de 2 de Maio de 1817.

52 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx.237/ Doc. nº 22, *Inventário da secretária do depósito geral de cavalaria; Relação dos ferradores que existem nos regimentos de cavalaria*, datada de 27 de Outubro de 1812.

53 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx.410/ Doc. nº 23, *Cédulas de crédito sobre o pagamento das praças, corneteiros e espingardeiros do Batalhão de Caçadores 1, durante a Guerra Peninsular, datadas de 27 de Janeiro de 1827.*

54 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx.16/ Doc. nº 44, *Relação dos padeiros que estão prontos a fazer bolacha*, datada de 7 de Fevereiro de 1811.

55 AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre o correio geral do exército*, datada de 15 de Janeiro de 1811.